



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular
OPÇÃO I - GARANTIAS CONTENCIOSAS DA PROPRIEDADE PRIVADA
Ano Lectivo 2018/2019

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Direito (2º Ciclo)

2. Curso

Mestrado em Direito

3. Ciclo de Estudos

2º

4. Unidade Curricular

OPÇÃO I - GARANTIAS CONTENCIOSAS DA PROPRIEDADE PRIVADA (71637)

5. Área Científica

6. Ano curricular

1º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

2º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	
Aulas Práticas:	
Aulas Teórico-práticas:	15,00
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos

7,50

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor ANTÓNIO MANUEL DE ALMEIDA SANTOS CORDEIRO

12. Assistentes

13. Língua de ensino

Português

14. Objectivos Gerais

Enquadrar a temática da protecção jurisdicional do direito da propriedade, desenvolvendo os conhecimentos de processo civil e de processo administrativo adquiridos no 1º ciclo da licenciatura.

15. Objectivos Específicos

Estabelecer o quadro dos diversos regimes jurídicos existentes sobre a desapropriação de bens, e proceder em particular ao exame do regime da expropriação e da requisição.

16. Competências a adquirir

O domínio técnico dos modelos processuais dos contenciosos cível e administrativo no domínio da defesa da propriedade, em particular dos processos especiais previstos no Código das Expropriações.

17. Metodologia de ensino

O ensino será desenvolvido nas vertentes teórica e prática, com particular destaque para o exame das decisões jurisprudenciais mais relevantes na aplicação das disciplinas processuais em causa.

18. Conteúdos Programáticos



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- I. O direito de propriedade e os meios da sua defesa
 1. A garantia constitucional do direito de propriedade
 2. As diferentes formas de desapropriação
 3. Meios processuais cíveis
 4. Meios processuais administrativos

- II. O regime da expropriação e da requisição, em particular
 1. A evolução do conceito de expropriação, nos regimes dos Códigos de 1976, 1991 e 1999.
 2. A expropriação no regime do ordenamento territorial
 3. Pressupostos de legitimidade da expropriação
 4. Garantias do expropriado, em especial a indemnização e a possibilidade de reversão.
 5. O procedimento administrativo e o seu controle pelos tribunais administrativos.
 6. O cálculo da indemnização e o seu controle pelos tribunais judiciais.
 7. A requisição

19. Métodos de Avaliação

Serão utilizados os métodos de avaliação tradicionais, de acordo com o Regulamento de Avaliação específico do 2º ciclo de estudos.

20. Recursos Didáticos

Os disponibilizados pelas Bibliotecas e pelo recurso às tecnologias de informação.

21. Palavras Chave

Garantia da propriedade privada
Contencioso das expropriações



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): Fernando Alves Correia
Título: Manual do Direito do Urbanismo - vol. II
Edição: Ano: 2010
Local: Coimbra
Editora: Edições Almedina

Autor(es): Fernanda Paula Oliveira
Título: Direito do urbanismo. Do planeamento à gestão.
Edição: 3ª Ano: 2018
Local: Braga
Editora: AEDREL

Autor(es): Fernando Alves Correia
Título: A jurisprudência do Tribunal Constitucional sobre expropriações por utilidade pública e o Código ...
Edição: Ano: 2000
Local: Coimbra
Editora: Revista de Legislação e Jurisprudência, anos 132º e 133º, e separata

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): José Osvaldo Gomes
Título: Expropriações por utilidade pública
Edição: Ano: 1997
Local: Lisboa
Editora: Texto Editora

Autor(es): Marcello Caetano
Título: Manual do Direito Administrativo - vol. II
Edição: 10ª (3ª reimp.) Ano: 1990
Local: Coimbra
Editora: Livraria Almedina



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'OPÇÃO I - GARANTIAS CONTENCIOSAS DA PROPRIEDADE PRIVADA': Ano Lectivo 2018/2019
Autor	Prof. Doutor ANTÓNIO MANUEL DE ALMEIDA SANTOS CORDEIRO
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	12-02-2019 18:08:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2019	